

A SEXUALIDADE MODERNA E O “IMPERATIVO FÁLICO”: Algumas reflexões sobre a emergência do “gozo genitalizado”

Felipe Salvador Weissheimer*

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento histórico de algumas teorias psicológico-científicas que tomaram o sexo como objeto de linguagem. Para tanto, centramos nossas análises em dois autores que desenvolveram discursos significativos na instituição da sexualidade moderna: Sigmund Freud e Wilhelm Reich. No decorrer deste artigo, analisamos como se desenvolveram os discursos dos autores a partir de uma “hipótese repressiva”, e quais foram os desencadeamentos teóricos em torno dos métodos terapêuticos propostos para “eliminar os recalques” provenientes da “repressão sexual”. Assim, constatamos que a emergência dessas terapias para “eliminar os recalques” desencadeou em novas concepções de sexualidade, na qual o orgasmo genital tornou-se um novo imperativo, uma “genitalidade obcecada”. E, a partir das análises sobre as teorias e métodos de Freud e Reich, tecemos algumas críticas e questões que buscam conduzir os leitores a reflexões sobre os modos de subjetivação sexuais e as relações de gênero na atualidade.

Palavras-chave: História da sexualidade; Relações de gênero; Subjetivação; Prazeres sexuais.

Abstract

This article analyzes the historic development of some psycho-scientific theories that took sex as a language object. We center our analysis in two authors that developed significant discourses in the institution of modern sexuality: Sigmund Freud and Wilhelm Reich. In the course of this article, we analyze how their discourses developed, based on a “repressive hypothesis”, and what were the theoretical results involving the therapeutic methods proposed to “eliminate the traumas” resulting from “sexual repression”. We observed that the emergency of these therapies to “eliminate sexual traumas” unchained new conceptions of sexuality, in which the genital orgasm became a new imperative, an “obsessed genitality”. Based on the analysis of Freud’s and Reich’s theories, we then formulate some critiques and questions which seek to lead the readers into reflecting upon contemporary modes of sexual subjectivizing and gender relations.

Keywords: The History of Sexuality. Gender Relations; Subjectivizing. Sexual Pleasures.

* Felipe Salvador Weissheimer possui graduação em História pela Universidade Paranaense *campus* Cascavel-PR, é pós-graduando em “Teoria Psicanalítica” pela FACEL e mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da UNIOESTE, *campus* Marechal Cândido Rondon-PR, na linha “Práticas Culturais e Identidades”, no qual é orientando da profa. Dra. Ivonete Pereira. É integrante do grupo de pesquisas do CNPQ chamado “Cultura, Relações de Gênero e Memória”. Email: felipe.s.w@hotmail.com.

1. Introdução

Um dos problemas que motivaram o desenvolvimento desta pesquisa foi a busca pela revisão de alguns modelos científicos de ordem psicológica, que se desenvolveram ao longo do século XX e que, de certa forma, ainda estão em voga na atualidade. Esses modelos científicos, além de descrever, a partir dos pressupostos do empirismo e do racionalismo, os estados tidos como “naturais” e “saudáveis” dos indivíduos, tiveram um considerável poder de prescrever e, conseqüentemente, criar variadas práticas aos indivíduos. Embora esses discursos estivessem pautados nos pressupostos do empirismo e do racionalismo, não podemos creditar-lhes um título de “verdade” em função de se constituírem como científicos, pois, quando analisamos os discursos científicos de ordem subjetiva, notamos que na “interpretação de mundo” dos enunciadores estiveram sempre subentendidas concepções político-ideológicas. Neste sentido, o “ato científico”, longe de ser imparcial, é, também, um ato político-ideológico.

Assim, os discursos estão “desde sempre” sujeitos a revisão. Neste sentido, Herbert Pohl enunciou sobre a revisão dos modelos científicos e a “história das ciências”:

Tôda nossa tentativa para descrever ou interpretar a natureza envolve o uso de um modelo. Em certas circunstâncias, aquele modelo pode ser simples. De outro lado, ele pode ser complexo em seus conceitos. Ele é a espinha dorsal da teoria. Dêle são deduzidas “leis”, as quais, espera-se, ajudarão na descrição e interpretação dos fatos naturais. Evidentemente, à medida que nossa experiência cresce, será necessária uma revisão constante daquelas “leis” impostas. Assim, de fato, tem sido a história da ciência. (POHL, 1971, p. 01).

Certamente, os discursos de ordem psicológico-científica possuem um significativo poder sobre a constituição das identidades individuais. A partir das reflexões de Bethania Mariani, compreendemos que a “busca dos sujeitos” em construir sua identidade é uma tentativa de fundar à sua subjetividade um sentido unívoco, ou seja, uma representação da própria personalidade. Esta construção da identidade individual é (desde sempre) relacional, visto que os significados que atribuímos às nossas experiências e

aos outros são compartilhados e instituídos socialmente (não isoladamente) e estão em constante transformação. Isto se dá, grosso modo, a partir do compartilhamento dos signos linguísticos (da fala, da escrita) ao qual utilizamos para vivenciar nossas experiências sociais e nos constituem enquanto sujeitos. Neste sentido, analisamos a instituição de alguns discursos científicos, sobretudo aqueles que tomaram o sexo como objeto de linguagem, para compreender o desenvolvimento de algumas práticas, conceitos e modos de subjetivação contemporâneos sobre o sexo.

O conceito de representação foi significativo para nos situarmos tanto em relação à análise dos discursos sobre sexualidade, quanto para partirmos do pressuposto que o próprio texto que vos escrevemos é uma forma de representação. Segundo Kathryn Woodward “os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar”. (WOODWARD, 2000, p. 17). Neste sentido, nos inserimos num campo que procurou apresentar algumas reflexões sobre os efeitos das práticas discursivas sobre a constituição das subjetividades individuais. As representações, segundo Kathryn Woodward, “inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeitos. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos”. (WOODWARD, 2000, p. 17).

Certamente, não podemos reduzir as experiências e práticas sexuais contemporâneas aos fenômenos discursivos. Contudo, a análise dos discursos sobre o sexo nos possibilitou compreendermos aquilo que é tácito nas experiências contemporâneas: “o momento em que a sexualidade reprimida se transforma em genitalidade obcecada” (BRUCKNER & FINKIELKRAUT, 1981, p. 16). Neste sentido, a emergência desta “genitalidade obcecada” criou um novo modelo de sexualidade no campo científico, no qual o orgasmo tornou-se a palavra dominante, um novo caminho para a salvação do corpo e suplemento

da alma. Entretanto, este modelo de “genitalidade obcecada” parece conflitar com a emergência de outras concepções sobre os prazeres, que não são meramente genitais, e que se fazem presente na atualidade.

Certamente, a emergência de novas concepções de prazeres, “não genitais”, tais como o transexualismo e o homossexualismo e, até mesmo, os prazeres “não fálicos”, que também correspondem às mulheres, vem apresentando novos desafios aos modelos científicos e sexuais contemporâneos. Neste sentido, apresentamos ao longo deste artigo, a partir da revisão e discussão sobre uma “história da sexualidade”, algumas questões e análises que buscaram conduzir os leitores a reflexões sobre os variados modos de subjetivação que constituem os indivíduos em sujeitos de uma sexualidade.

2. Michel Foucault e a “hipótese repressiva”

Segundo Michel Foucault, o termo *sexualidade* surgiu tardiamente, no início do século XIX. E o uso da palavra foi estabelecido como significado para fenômenos que envolvem o desenvolvimento de conhecimentos, tais como os mecanismos biológicos de reprodução ou sócio-comportamentais; a instauração de conjuntos de normas e regras (em parte tradicionais e em parte novas, que se apoiaram em instituições de cunho religioso, judiciário, pedagógico e médico); como também as mudanças nos modos pelos quais os indivíduos foram levados a dar sentido e valor à suas condutas, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações e sonhos, e a reconhecerem-se como sujeitos de uma “sexualidade”, numa intersubjetividade que se intercambiou em diversos campos do conhecimento (saberes e normatividades), e que constituiu a experiência de boa parte dos indivíduos (FOUCAULT, 1988). Assim, o termo *sexualidade*, embora sinônimo de *sexo* (cópula), possui significado diferente, já que enquanto *sexualidade* entende-se um campo discursivo que toma o sexo como objeto de linguagem.

Foucault observou que, sobretudo no Ocidente e ao longo dos séculos, as práticas sexuais tornaram-se

objeto de controle e regulação por parte dos *aparelhos de reclusão* (escolas, hospitais, igrejas, etc.), e observou no *rito da confissão* e na regulamentação do sacramento da penitência pelo Quarto Concílio de Latrão (1215) o surgimento das intervenções e a produção de uma “verdade sobre o sexo”. Mas, foi com o desenvolvimento dos saberes médicos que o “sexo” tornou-se objeto científico: o “confessionário foi ‘substituído’ pelo divã”, e a produção de uma “verdade sobre o sexo” ficou restrita, em partes, a um poder-saber científico denominado sexualidade. Segundo ele, a primeira vista, somente a nossa “civilização ocidental” praticou uma *Scientia Sexualis* (sexualidade).

Sob os auspícios da *Scientia Sexualis* surgiram novos agentes do poder normatizador e disciplinar¹: professores, juízes, médicos, terapeutas. E tanto a psicanálise, quanto a sexologia já expressivas na primeira metade do século XX, foram efeitos deste poder-saber. Elencando e tomando algumas discussões referentes à psicanálise e a sexologia, analisamos a sexualidade enquanto um campo de saberes, instituído a partir de uma infinidade de discursivos, que tomam o sexo como objeto de linguagem e fundaram práticas e representações sobre o sexo.

Em *Moral sexual “civilizada” e doença nervosa moderna*, um dos precursores da psicanálise, Sigmund Freud (em sua “fase culturalista”), fez uma avaliação, em termos gerais, do “problema sexual da civilização”:

Nossa civilização repousa, falando de modo geral, sobre a supressão dos instintos. Cada indivíduo renuncia a uma parte dos seus atributos: a uma parcela dos sentimentos de onipotência ou ainda das inclinações vingativas ou agressivas de sua personalidade. Dessas contribuições resulta o acervo cultural comum de bens materiais e ideais. Além das exigências da vida, foram sem dúvida os sentimentos familiares derivados do erotismo que levaram o homem a fazer essa renúncia, que tem

¹ Segundo Arthur Ferreira este poder não foi apenas emanado pelo Estado e representado por uma classe burguesa (repressora e produtora de ideologia) que arregimentou estes agentes. Mas é um poder que se configura e se manifesta numa multiplicidade de poderes, de lutas contínuas, que se espalham pela sociedade e que são situadas nas relações entre os corpos, que podem ser aglutinadas em instituições ou classes, ou não, mas que, sobretudo, produzem saberes, desejos e estados corporais, que geram resistências e contra-poderes (FERREIRA: 2006).

progressivamente aumentado com a evolução da civilização. Cada nova conquista foi sancionada pela religião, cada renúncia do indivíduo à satisfação instintual foi oferecida à divindade como um sacrifício, e foi declarado “santo” o proveito assim obtido pela comunidade. Aquele que em consequência de sua constituição indomável não consegue concordar com a supressão do instinto, torna-se um “criminoso”, um “outlaw”, diante da sociedade – a menos que sua posição social e suas capacidades excepcionais lhe permitam impor-se como um grande homem, um “herói”. (FREUD, 1976, p. 31)

Já em *O futuro de uma ilusão*, Freud definiu a participação da religião nessa “moral civilizada”:

Visto ser tarefa difícil isolar aquilo que o próprio Deus exigiu, daquilo que pode ter sua origem remontada à autoridade de um parlamento todo-poderoso ou de um alto judiciário, constituiria vantagem indubitável que abandonássemos Deus inteiramente e admitíssemos com honestidade a origem puramente humana de todas as regulações e preceitos da civilização. Junto com sua pretensa santidade, esses mandamentos e leis perderiam também a rigidez e imutabilidade. As pessoas compreenderiam que são elaborados, não tanto para dominá-los, mas, pelo contrário, para servir a seus interesses, e adotariam uma atitude mais amistosa para com eles e, em vez de visarem à sua abolição, visariam unicamente à sua melhoria. Isso constituiria um importante avanço no caminho que leva à reconciliação com o fardo da civilização. (FREUD, 1978, p. 116).

Foucault referindo-se ao poder-saber freudiano, destacou que não podemos esperar a partir do “conformismo de Freud”, que os efeitos de uma simples prática médica seriam suficientes para liberar os sujeitos da “repressão sexual” que se desenvolveu ao longo da história. Pois, embora “a teoria da repressão é a pedra angular sobre a qual repousa toda a estrutura da psicanálise” (FREUD, 1978, p. 46), numa avaliação mais apurada à “terapêutica freudiana”, percebemos que Freud não libertou, discursivamente, o sexo da “moral sexual civilizada”, sobretudo em relação à instituição dos prazeres sexuais femininos. Isto ficou evidente em *Moral sexual “civilizada” e doença nervosa moderna*, quando Freud desenvolveu um discurso afirmando que, especialmente para as mulheres, a supressão dos instintos sexuais era a causa de muitos problemas psicopatológicos², e aconselhou os pacientes masculinos “a não se casarem com moças que antes do casamento já sofriam de doenças

² Freud refere-se às mulheres desta forma, pois observa que os homens gozam de uma “moral sexual dupla” (FREUD, 1976, p. 39), visto que, conforme afirma, o “código sexual civilizado” lhes concede uma maior liberdade, sobretudo nas relações sexuais extramatrimoniais.

nervosas” (FREUD, 1976, p. 39), pois, “ao contrário, a cura das doenças nervosas decorrentes do casamento estaria na infidelidade conjugal” (FREUD, 1976, p. 39). Preocupado com a “economia matrimonial” de seus clientes, certamente Freud não se deu conta de seu “conformismo” com o dispositivo da sexualidade que o constituiu, que o interpelou e que lhe fez esquecer-se daquilo que, aparentemente, seria a solução do problema gerado pelo recalque sexual: “liberação do recalque através do gozo”³.

Sobre a terapêutica freudiana e a liberação do recalque através do tratamento psicanalítico, Renato Mezan enunciou que devido à emergência da psicanálise freudiana, a “grande exigência da confissão”, que se formou há tanto tempo (uma vez que a sexualidade que não se produz apenas na psicanálise, mas tem sua constituição no próprio dispositivo confessional cristão), assumiu um novo sentido: o de uma injunção para eliminar o recalque (MEZAN, 2002). Ou seja, o dispositivo da sexualidade que Freud denunciou foi o que lhe constituiu, mas o desenvolveu sob uma nova perspectiva⁴. Já partir de Margareth Rago, consideramos que o dispositivo confessional freudiano, que produz a revelação de uma identidade que estaria alojada, desde a primeira infância, no fundo dos indivíduos (inconsciente), foi uma das mais importantes formas de dominação e sujeição na Modernidade, pois este *outro* que detém a revelação-verdade sobre *si* é uma das expressões mais significativas das formas de assujeitamento ao dispositivo da sexualidade (RAGO, 2011).

A sexologia de Wilhelm Reich, embora propusesse uma terapêutica diferente da freudiana, condescendeu

³ A terapêutica da “liberação através do gozo” apareceu no discurso freudiano de modo tímido. Contudo, a teoria psicanalítica abriu um campo de debates em torno da “moral sexual civilizada” (também conhecida, a partir de Foucault, por “hipótese repressiva”) que possibilitou a reapropriação do debate por Wilhelm Reich, no qual a “liberação através do gozo” tornou-se a intervenção principal do modelo terapêutico reichiano.

⁴ Em *Microfísica do poder*, Foucault enunciou que “o indivíduo não é o outro poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é o centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constitui”. (FOUCAULT, 1982, p. 183-184).

às denúncias de Freud em relação à “moral sexual civilizada”. Conforme enunciou Reich “o homem é a única espécie biológica que destruiu a sua própria função sexual natural e está doente em função disso” (REICH, 1975, p. 55), mas para ele não havia outra injunção senão promover enquanto terapia a satisfação genital dos indivíduos. Neste sentido, em *A função do orgasmo*, Reich promoveu sua terapêutica em relação à Freud e a referida temática:

3. A fórmula terapêutica de Freud para as neuroses, embora correta, é incompleta. O pré-requisito fundamental da terapia consiste em tornar o paciente consciente da sua sexualidade reprimida. Só isso não cura; isto *é, pode* curar, mas não cura *necessariamente*. O tornar o paciente consciente dos impulsos sexuais reprimidos garante a cura quando também elimina a fonte de energia da neurose, i.e., a estase sexual. Em outras palavras, esse tipo de terapia efetua a cura quando a consciência das exigências instintivas restaura também a capacidade de obter uma plena satisfação orgástica. Dessa forma, as proliferações patológicas são privadas da fonte da sua energia (princípio de remoção de energia). (REICH, 1975, p. 60).

4. Não pode haver dúvidas, portanto, de que a meta mais alta e mais importante da terapia analítica causal é o estabelecimento da potência orgástica: a capacidade de descarregar energia sexual acumulada. (REICH, 1975, p. 60).

Potência orgástica é a capacidade de abandonar-se, livre de quaisquer inibições, ao fluxo de energia biológica; a capacidade de descarregar completamente a excitação sexual reprimida, por meio de involuntárias e agradáveis convulsões do corpo. (REICH, 1975, p. 55).

Assim, a terapêutica reichiana fundou uma nova injunção para a eliminação do recalque: a liberação-cura através do gozo. Segundo Pascal Bruckner e Alain Finkielkraut, “Wilhelm Reich marca o momento em que a sexualidade reprimida se transforma em genitalidade obcecada, onipresente. Ele inaugura a moderna busca do orgasmo pela humanidade ocidental, instala o culto mágico-medicinal do homem branco pelo instante máximo da volúpia” (BRUCKNER & FINKIELKRAUT, 1981, p. 16). Neste sentido, Bruckner e Finkielkraut evidenciaram que o discurso reichiano sobre a “supressão dos sentidos sexuais naturais”, no qual a repressão sexual moderna seria a causa de inumeráveis psicopatologias, fundou uma terapêutica que tornou o orgasmo a palavra dominante, um novo caminho para a salvação do corpo e suplemento da alma. Não obstante, tanto Freud quanto Reich, ambos precursores da sexualidade moderna,

convergiram para a emergência da sexualidade que conhecemos na atualidade.

3. Zygmunt Bauman e as “revoluções sexuais”

Assim, Zygmunt Bauman em *Sobre a redistribuição pós-moderna do sexo: a História da sexualidade, de Foucault, revisada* ampliou a análise da emergência da sexualidade na qual vivenciamos na atualidade ao evidenciar a existência de duas revoluções sexuais que marcaram a história da sexualidade. Na primeira revolução sexual, o sexo serviu à articulação de novos e modernos mecanismos de poder e do controle social. Neste sentido, as células familiares foram decisivas para o empreendimento como um todo, sendo uma das únicas instituições (em consonância com a fábrica e o exército) capazes de exercer pressão combinada do “sistema panóptico” a cada membro da sociedade. Contudo, o autor advertiu que a família foi o único terreno para o aprendizado e a disciplina para as mulheres e as crianças (pressupondo que a escola foi um prolongamento do lar). O papel destes indivíduos (mulheres e crianças) em relação ao homem (provedor do pão e o proprietário da casa), neste espaço privativo que constituiu a casa familiar, era de assujeitamento, pois o papel do pai de família era análogo ao capataz da fábrica ou do sargento do exército: uma relação hierarquizada. E completou afirmando que se a falácia da “predisposição natural” das mulheres para a histeria requeria o fechamento no espaço estreitamente vigiado da casa da família, no qual estaria sempre disponível para a inspeção dos mecanismos de controle panópticos (dentre eles o poder médico, do Estado e da Igreja). Já a noção da “tendência natural” do homem para a poligamia e intercurso sexual com várias mulheres, demandava, ao contrário, um espaço de ação mais amplo do que o da casa familiar. Além disso, demandava, também, o direito ao sigilo e a um espaço privativo não controlado pelos membros da família.

Percebemos que esta instituição, mais ou menos estável, dos papéis e áreas de atuação dos membros da família foi (e, de certa forma, permanece sendo), uma das características constituintes da construção das

identidades de gênero. E consideramos que este inculcamento da própria identidade é um sofisticado e poderoso modo de sujeição que, ao mesmo tempo em que está ligada a uma configuração biológica dada (estrutura corporal), é efeito de uma normatividade comportamental-sexual (gênero) interiorizada no próprio indivíduo, que passa por uma série de interdições e tecnologias disciplinares que se incorporam no indivíduo e constituem uma “falsa impressão” de uma identidade original e estável. É neste sentido que Rago, referindo-se as culturas cristãs, definiu a sexualidade como o “sismógrafo de nossa subjetividade”, pois a relação do sujeito com sua própria sexualidade é, desde a modernidade, a instância primeira de definição do caráter e do modo de ser do indivíduo.

A crescente racionalização moderna, originada a partir dos saberes científicos, embora pautada nos pressupostos da razão, da objetividade e da desmistificação do irracionalismo das “antigas tradições”, que pareciam libertar os indivíduos de todas as sujeições morais, fundou um novo modelo de subjetividade não menos vinculada às estruturas de poder e controle disciplinar do que as pré-modernas. Na realidade, o “triunfo da sociedade”, ou seja, o “triunfo” deste corpo abstrato criado, sobretudo, pelos filósofos iluministas e efetivado pelas revoluções burguesas, que parece exercer uma coesão de todos os indivíduos, mas que “neutraliza” as diferenças entre ambos, só se concretizou a partir da crescente racionalização e consequente subjetivação e disciplinarização dos indivíduos. Este processo de disciplinarização, psicologização, docilização e civilização dos indivíduos, no qual os transformou em sujeitos e objetos de um modelo de conduta social que se efetivou a partir do auto-condicionamento psíquico possibilitou, segundo Norbert Elias, um maior controle dos impulsos sexuais e o confinamento do ato sexual ao casamento monogâmico. É neste sentido que Norbert Elias analisou o processo civilizatório a partir do complexo da vergonha-repugnância, pois, conforme afirmou, o sentimento de vergonha é uma exaltação específica, um sentimento que automaticamente se

reproduz na pessoa em certas ocasiões e por força do hábito (auto-condicionamento psíquico), mas que, sobretudo, “é um modelo de degradação social ou, em termos mais gerais, de gestos de superioridade de outras pessoas” (ELIAS, 1994, p. 242). Superioridade/inferioridade que se constitui na relação do sujeito com o modelo de conduta social ou, em termos práticos, na relação do sujeito com outros sujeitos que, em graus variados, foram assujeitados pelo modelo de conduta social (mais ou menos estável e hegemônico) das relações sexuais e de gênero.

Certamente, a ação perlocucionária da vergonha tornou-se um dos mais poderosos instrumentos de constituição dos indivíduos em sujeitos de uma disciplina-moral em relação às práticas sexuais e de gênero. Ostensivamente, poderíamos buscar uma lógica histórica para este processo e, inclusive, afirmar que esta disciplinarização dos indivíduos tornou-se essencial para, em última instância, a apropriação das forças produtivas da classe proletária, conforme afirmou Wilhelm Reich. Contudo, embora os processos de subjetivação sociais tenham certo grau de economicidade que os constitui, o complexo vergonha-repugnância transcende uma análise meramente classista, pois, enquanto efeito ideológico, tal complexo é perceptível em toda a sociedade. Decerto, a vergonha-repugnância é constituída, sem dúvida, a partir dos gestos/sentimentos de inferioridade/superioridade em relação aos códigos de conduta sociais previamente estabelecidos. Mas, o que nos interessa, de início, é partir da constatação que a crescente racionalização moderna do sexo e dos papéis sociais e sexuais possibilitou a instituição, cada vez mais hegemônica, de uma verdade sobre a “natureza dos indivíduos”, discurso explorado por Freud e Reich, que se tornou o primado epistemológico de boa parte dos projetos modernizadores da sociedade burguesa. Concomitante a estas afirmações, se o indivíduo é sujeito do modelo-papel social hegemônico “que lhe compete”, certamente, será considerado “de acordo/apto/saudável/normal” ao projeto-modelo, caso contrário sofrerá a ação perlocucionária (ou coerção social) que lhe induzirá a sentimentos tais como os da

vergonha, que lhe impulsionará a uma dialética (ou jogo com as estruturas sociais de comportamento) no qual os resultados, de certo, serão variados.

Foi nesta perspectiva que Bauman afirmou que no curso da primeira revolução sexual, “o sexo converteu-se num material de construção de estruturas sociais duráveis e das extensões capilares do sistema global de construção da ordem” (BLAUMAN, 1998, p. 183) e que relacionava a sexualidade com a confissão e preservação das obrigações, ou seja, em conformidade com as normas socialmente promovidas. Contudo, o autor seguiu suas evidências afirmando que no curso da história ocidental se desenvolveu outro padrão de sexualidade, que se transferiu da sexualidade normativa, característica da primeira revolução sexual, para outros mecanismos de autocontrole individual, no qual a aptidão física, o primado da experiência sexual e das sensações corporais tornou-se fundamental. Neste curso, o sexo estaria sendo completamente purificado de todas as “poluições” e “corpos estranhos”, tais como as obrigações assumidas, laços protegidos, direitos adquiridos (característicos da primeira revolução sexual). É tácito que no curso desta revolução sexual as lutas e conquistas das mulheres, tais como os direitos a poderes políticos e a isonomia legal possibilitou avanços nas relações de gênero e a dissolução da primazia das relações sexuais conjugais. Assim, o sexo estaria se convertendo num poderoso instrumento de desagregação da estrutura familiar, que outrora era protegida pela feminilidade normativa e pelo primado da liberdade sexual masculina. Parafrazeando Agamben, estamos vivendo uma “gigantesca acumulação e proliferação dos dispositivos” (AGAMBEN, 2005, p. 13) na qual ao mesmo tempo em que vivenciamos o triunfo da “sociedade disciplinar” sentimos um profundo “desejo de individualização” (RAGO, 2011, p. 18). E, se pensarmos que no processo civilizatório a liberdade é diretamente proporcional ao auto-controle, ou seja, quanto mais condicionamos nossos impulsos (sejam eles de violência ou sexuais, dentre outros) mais nos sentimos *livres-de-si* para convivermos com o *outro*. Assim, a suposta purificação de todas as “poluições” e

“corpos estranhos” ligada às relações conjugais, que caracteriza a segunda revolução sexual abordada por Bauman, vem constituindo um modelo de subjetivação que oscila entre o sentimento de liberdade (visto que a “liberdade” é, sobretudo, um sentimento idílico) e a constituição de novas identificações sexuais. Neste sentido, a emergência de novos saberes e fazeres, além de novos grupos (que se diferenciam da “heterossexualidade normativa”) fazem parte deste processo de transformação no qual vivenciamos na atualidade. Contudo, embora possamos convergir para um sentido geral, essas configurações do dispositivo da sexualidade são móveis e instáveis, e indissociáveis de uma análise específica de determinados campos e agentes que instituem práticas e tomam o sexo como objeto de linguagem.

4. A emergência do “gozo genitalizado”

Há uma pesquisa interessante de Leonardo Pinto de Almeida na qual apresentou uma análise sobre as “configurações psicológicas” dos sujeitos da modernidade, a partir de Foucault, no qual podemos relacionar com o desenvolvimento das ciências modernas e o detrimento dos poderes religiosos. Assim, em *O conceito foucaultiano de literatura*, Leonardo Pinto de Almeida enunciou que para Foucault a experiência moderna da sexualidade apresenta-se como uma cissura “para marcar o limite em nós e nos delinear a nós mesmos como limite” (FOUCAULT in ALMEIDA, 2008, p. 271), sendo que a “sexualidade moderna traceja o desenho do limite, pois ela não é dominada por uma idéia de liberação – noção que lhe soa como falsa – mas sim, ela é atravessada de ponta a ponta pela constituição de uma figura detentora de limite (limite da lei, da linguagem e da consciência)” (ALMEIDA, 2008, p. 271). Assim, o autor enunciou que a sexualidade – que para nós é considerada tanto uma ciência quanto um efeito psicológico sobre a subjetividade dos indivíduos – se constituiu como uma experiência limítrofe que está intrinsecamente ligada à *morte de Deus*. Essa *morte de Deus*, segundo o autor, faz alusão máxima nietzschiana sobre a experiência moderna e o sentimento de

“abandono de Deus e a relação com o Vazio” que a vivência moderna, em detrimento a experiência medieval, teria originado. Além disso, enunciou que essa *morte de Deus* não deve ser compreendida “como o fim de seu reino histórico, nem a constatação enfim liberada de sua inexistência, mas como o espaço a partir de então constante de nossa experiência” (FOUCAULT in ALMEIDA, 2008, p. 271).

Não havendo um limite vindo de fora, ou seja, da Palavra Divina, o Limite surge no seio da própria experiência (pois toda ação moral é indissociável de diferentes formas de atividade sobre si). Neste sentido, Almeida enunciou que este “movimento ilimitado, trazido no ato experienciado na modernidade, nada mais é do que o ato de transgredir o limite, alterando, deste modo, o território demarcado pela fronteira do Limite”. (ALMEIDA, 2008, p. 272). Essa constatação foucaultiana é relativa à experiência limítrofe da *morte de Deus* e, sobretudo, a concepção de transgressão como sinônimo de profanação. A profanação, muitas vezes entendida como uma tentativa de desvalorização e escárnio do “objeto sagrado” faz com que a sensação de transgressão torne-se vazia, visto que o “objeto sagrado” foi destruído (*morte de Deus*). Neste sentido, “a transgressão é uma *profanação sem objeto*” (ALMEIDA, 2008, p. 274). Isto é significativo, inclusive, na análise do discurso freudiano e reichiano que enunciamos anteriormente, pois o que é a “moral sexual civilizada” criticada por Freud e Reich, senão a própria interpretação do dispositivo da sexualidade (constituído historicamente) que os interpelaram?

Segundo Almeida, na modernidade não se profana o limite imposto pelo ilimitado (sagrado, Deus), mas o Limite imposto pelo vazio de não possuir um objeto. Assim, a transgressão é o movimento ilimitado de atravessamento do Limite, uma espécie de deslocamento da fronteira. Para Foucault “a transgressão leva o limite até o limite do seu ser” (FOUCAULT in ALMEIDA, 2008, p. 273), e essa transgressão do limite do ser, vista sob a ótica da sexualidade, nos conduz à análise da relação entre o *sexo* e o seu limite último: a *morte*. Contudo, não seria uma morte enquanto tal, mas uma sensação de

“esmorecimento”. Sobre esta “pulsão de morte”, Ana Maria Rudge, em análise à teoria freudiana enunciou que “a pulsão de morte não se abriga em nenhuma dessas instâncias em especial, mas, junto com as pulsões de vida, está em todos os territórios do psiquismo, as pulsões estão sempre mais ou menos fusionadas e não dão conta do conflito psíquico”. (RUDGE, 2006, p. 80). E a afirmação de Lacan pareceu confirmar esta afirmação, pois “toda pulsão é virtualmente pulsão de morte” (LACAN in RUDGE, 2006, p. 83).

Neste sentido, a ejaculação tornou-se, por excelência, o “esmorecimento” através do sexo. Pascal Bruckner e Alain Finkielkraut enunciaram que a ejaculação é essa aprovação da morte em sua própria realização, sendo que o modelo de gozo masculino, que tornou-se imperativo a qualquer modelo de gozo, seja feminino ou qualquer outro (pois é um gozo “fálico-genitalizado”), que somente goza para deixar de gozar, tem sua volúpia como uma guilhotina, pois quando o seu desejo culmina é porque já rolou por terra (BRUCKNER & FINKIELKRAUT, 1981). E não nos iludamos, pois essa morte no sexo (via gozo “genitalizado”) não está em relação de uma anulação do *ego* (visto que é *morte*), mas na razão da efetivação de uma *identidade*, sobretudo uma *identidade de gênero* (pois é um gozo “falocêntrico”, onde o sêmen ejaculado indica que a relação chegou a termo). E a sensação e o efeito de transgressão dos limites liberada pelo sexo é a procura pela morte que acha apenas o esgotamento: o esmorecimento após o coito. É uma profanação de si, do próprio corpo interpelado pelo dispositivo da sexualidade. Assim, a “nova injunção” para eliminar o recalque (este que é “sintoma” da repressão da “moral sexual civilizada”) constituiu um novo imperativo: a “falinização do gozo” a partir da concepção de orgasmo como ejaculação e satisfação genital.

5. Considerações Finais

Essas reflexões nos possibilitaram compreender vários conflitos em torno das identidades sexuais na

atualidade. Certamente, o “gozo fálico” é um dos alicerces pelos quais se fundamentou a economia sexual e a sexualidade normativa:

O sêmen, no contrato sexual, atua como meio de troca, moeda erótica: é ele, e somente ele, que dá sentido à relação sexual e é dele que depende, ainda, mais ou menos, a permanência ou a brevidade do mercado sexual: enquanto o esperma não é expelido, o acasalamento resta por fazer, caso contrário se perde no absurdo e no indeterminado (BRUCKNER & FINKIELKRAUT, 1981, p. 30).

Não obstante, a concepção do orgasmo enquanto ejaculação, que é masculino por excelência, além de caracterizar o genital como um “dispositivo de reclusão” do prazer, tem por efeito a “inibição” da sensação dos prazeres “não fálicos”, além de outras concepções de orgasmo. Assim, busca pelo reconhecimento moderno de novas identidades sexuais, tais como o transexualismo e o homossexualismo, fez emergir (ou mantêm) um conflito, ainda irreconciliável, nos fundamentos e concepções científicas tanto da psicanálise quanto da sexologia.

Além disso, estas reflexões nos fazem questionar algumas considerações em torno das pautas de lutas dos feminismos em relação às liberdades sexuais da sexualidade moderna. Será que racionalização psicológico-científica, pautada nos pressupostos da razão, da objetividade e da desmistificação do irracionalismo das “antigas tradições” (no qual a sexualidade se constituiu enquanto efeito destes pressupostos), possibilitou a superação dos antigos mitos e tabus, sobretudo patriarcais, em torno do sexo? É-nos possível conceber uma concepção de orgasmo “não fálico” ou, em termos gerais, um “orgasmo feminino”, a partir dos pressupostos científicos acima mencionados? De certo, novas lutas em torno dos discursos sobre sexualidade emergem na atualidade, e as experiências individuais e novos modos de subjetivação (nos quais a crítica à sexualidade se configurou, também, num modo de subjetivação) da mesma forma que possibilitou os indivíduos transgredirem os pressupostos religiosos, possibilitam, inclusive, a transgressão do próprio sujeito em relação à sexualidade normativa que os constituiu, e que

caracterizou boa parte da história da sexualidade ocidental.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? Revista *Outra travessia*, Florianópolis, n. 5, p. 9-16, 2005, jul/dez. 2005.
- ALMEIDA, Leonardo Pinto de. O conceito foucaultiano de literatura. Revista *Filosofia Unisinos*, São Leopoldo, n. 9(3): p. 269-280, set/dez. 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. Sobre a redistribuição pós-moderna do sexo: a História da sexualidade, de Foucault, revisitada. In: *O mal-estar da pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998. p. 177-189.
- BRUCKNER, Pascal; FINKIELKRAUT, Alain. *A nova desordem amorosa*. Tradução de D. J. de Saingalf. São Paulo: Editora brasiliense, 1981.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Formação do Estado e civilização*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- FERREIRA, Arthur Arruda Leal. O surgimento da psicologia e da psicanálise nos textos da genealogia foucaultiana. Revista *Memorandum*, Belo Horizonte: UFMG; Ribeirão Preto: USP, n. 10, p. 71-84, abril. 2006.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- FREUD, Sigmund. A história do movimento psicanalítico. In: _____. *Os pensadores: Freud*. Tradução de Durval Marcondes. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 39-84.

FREUD, Sigmund. Moral sexual “civilizada” e doença nervosa moderna. In: _____. *Freud*. Livro 31. Tradução de Maria Aparecida Moraes Rego. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 26-47.

FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão. In: _____. *Os pensadores: Freud*. Tradução de Durval Marcondes. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 85-128.

MARIANI, Bethânia. Sentidos de subjetividade: imprensa e psicanálise. *Revista polifonia*. Cuiabá, Vol. 12, nº 1, 21-45. 2006.

MEZAN, Renato. *A vingança da esfinge: Ensaios de psicanálise*. 3ª edição. São Paulo: Casa do psicólogo, 2002.

POHL, Herbert A. *Introdução à mecânica quântica*. Tradução de Hélio C. Chagas. São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda, 1971.

RAGO, Margareth. Subjetivismo, feminismo e poder, ou podemos ser outras? In: PEDRO, Joana Maria, ISAIA, Artur Cesar e DITZEL, Carmencita de Holleben Mello (orgs.). *Relações de poder e subjetividades*. Ponta Grossa, PR: TodaPalavra, 2011. p. 15-30.

REICH, Wilhelm. *A função do orgasmo: problemas econômico-sexuais da energia biológica*. 9ª edição. Tradução de Maria da Glória Novak. São Paulo: Editora brasiliense, 1975.

RUDGE, Ana Maria. Pulsão de morte como efeito de supereu. *Revista Ágora*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 79-89, jan/jun. 2006.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos históricos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.